

II

A Família Como Sistema

1 - Considerações iniciais

O ser humano, na condição de animal social, precisa de segurança e cuidados desde que nasce. A família é o grupo social responsável por estas tarefas. Em sua organização se estrutura por meio de papéis e funções que determinam o comportamento que cada indivíduo terá nesse grupo.

A organização familiar se dá a partir dos papéis de pai, mãe e filho. A vivência destes papéis básicos dará ao indivíduo a noção de pertencimento, de compromisso e de identidade que será necessária para o seu desenvolvimento dentro e fora da família. Além disto, pela legitimidade destes papéis as regras sociais são transmitidas, viabilizando o importante processo de socialização.

Tal processo, vivido primeiramente dentro da família, é chamado por Berger e Luckman(1985) de socialização primária. Segundo os autores, é nesse processo que a criança aprende regras do convívio por meio das mensagens explícitas e implícitas que são produzidas nas relações familiares. Neste relacionamento a criança introjeta padrões relacionais que irão nortear suas noções de convívio por toda a vida. Sua forma de amar, de se comunicar, de se relacionar, de priorizar certas coisas em detrimento de outras, seus valores, enfim, seu modo de ser será resultado da vivência relacional no núcleo familiar.

Berger e Luckman(1985) sinalizam que, apesar de a criança não ser passiva neste processo de socialização, os padrões relacionais já estão em curso quando a criança surge na família. Portanto, o processo de internalização desses padrões é inevitável e servirá de base para o arsenal de habilidades que cada indivíduo irá formar ao longo da vida juntamente com sua participação nos diversos grupos e instituições fora da família. Assim, concordamos com Ackerman (1986) quando este afirma: “A família é a unidade básica de crescimento e experiência, desempenho ou falha. É também a unidade básica de doença e saúde.” A força de

influência da família é inegável tanto para o bem como para o mal e a comprovação deste fato impulsionou vários profissionais de diversas áreas a voltarem para a família seu foco de interesse.

2 - Princípios básicos do funcionamento familiar

A importância do entendimento da família enquanto campo de estudo tem sido sinalizada por diversas abordagens terapêuticas ao longo do tempo. Isto porque a influência da convivência familiar na formação da personalidade parece ser um fator indiscutível em quase todas as abordagens acerca do entendimento do fenômeno humano.

Contudo, foi na década de 1950 que o funcionamento familiar passou a ser foco de investigação enquanto terreno de desenvolvimento de patologias mentais. Alguns profissionais que trabalhavam em instituições psiquiátricas atentaram para o fato de que a melhora de seus pacientes provocava o adoecimento de outro membro da família que anteriormente estava saudável e vice versa.

O grupo de pesquisas de Bateson merece destaque especial nestas observações por ser o precursor das noções básicas da terapia familiar. Através de seu projeto voltado para o estudo da esquizofrenia, Bateson e seu grupo – formado por Jackson, Haley e Weakland – procuravam entender a origem e a natureza dessa patologia, principalmente no contexto familiar.

Estes autores formularam a hipótese de ser a estabilidade familiar conseguida através de aspectos relacionais estabelecidos entre seus membros. A patologia, portanto, seria uma forma de estabilizar a família, como ressaltam Nichols e Schwartz (1998):

*“Por exemplo, se cada vez que os pais discutem um dos filhos
exibe comportamento sintomático, os sintomas podem ser uma
maneira de interromper a briga, unindo os pais na preocupação*

com o filho. Desta maneira, o comportamento sintomático serve à função cibernética de preservar o equilíbrio da família, mantendo os pais sem brigar. Infelizmente, no decorrer do processo, um dos membros da família pode ter assumido o papel de “paciente identificado.” (p. 23)

Assim, Bateson, Jackson, Haley e Weakland (1956) publicaram o artigo “Toward a Theory of Schizophrenia” , que assumiria o valor de paradigma em psicopatologia por inaugurar esta nova forma de entender e abordar a doença mental.

Essa revolução paradigmática se deve à mudança do foco do problema. As atenções passaram do entendimento de conflitos internos como fontes de mal-estar, para a crença de que os causadores e mantenedores de sofrimento emocional seriam os padrões de interação disfuncionais dentro das famílias. Isto aconteceria, principalmente, através da forma de comunicação estabelecida no sistema familiar, sendo esta o principal objeto de estudo de Bateson e sua equipe.

Este novo olhar acerca do lugar da patologia teve seu referencial nas idéias revolucionárias propostas por Ludwig van Bertalanffy em sua teoria dos sistemas e por Norbert Wiener, por meio da cibernética (Watzlawick et alli,1993). Os objetos de estudo destas teorias são os mecanismos de interação dos sistemas e o esclarecimento dos princípios que regem e mantêm tais interações. Por meio destas teorias, que estudam o trânsito das informações dentro dos sistemas e o modo como elas são controladas, foi possível compreender a força relacional do sistema familiar.

Assim, a partir destes autores, a família é entendida como um sistema aberto, processando trocas com os outros sistemas com os quais se relaciona. Isto faz com que o sistema familiar influencie e seja influenciado pelo sistema social maior em que está inserido, realizando intensas atualizações com o momento sociocultural vigente.

Como todo sistema, a família é regida por regras que determinam seu funcionamento e que dão o “ritmo” do relacionamento de seus membros. O comportamento de qualquer membro da família afeta e é afetado por todos os

outros. Portanto, uma mudança vivida por um membro da família trará mudança para todo o sistema “obedecendo” à propriedade de globalidade e circularidade que os sistemas possuem.

A família, portanto, não seria simplesmente um conjunto de indivíduos aparentados, mas um todo interdependente em que as condições de saúde e doença circulam pelo sistema por meio de suas interações, só podendo ser compreendidas em seu contexto. Tais interações aconteceriam a partir da dinâmica relacional que permite e regula a sobrevivência da família, possibilitando um senso de continuidade e de identidade que dá sustento aos seus membros.

Este fenômeno pode ser melhor compreendido a partir do esclarecimento de duas outras propriedades dos sistemas que serão particularmente importantes para este trabalho: o princípio da homeostase e o de retroalimentação (Watzlawick et alli,1993) .

Postulado na biologia, o conceito de homeostase diz respeito à capacidade que todo organismo possui de buscar espontaneamente condições de equilíbrio para que lhe seja possível funcionar. É um mecanismo auto-regulador, que permite ao organismo sobreviver às alterações de seu equilíbrio natural. Assim, um organismo ao ser exposto a uma temperatura acima da sua, imediatamente, dá início a mecanismos compensatórios, como, por exemplo, o suor, que objetiva diminuir a temperatura do corpo, restaurando seu equilíbrio inicial.

Este mecanismo compensatório se dá por um processo de retroalimentação do organismo com o meio. O organismo, portanto, consegue restaurar este equilíbrio pela interatividade com o contexto, sendo influenciado e influenciando o meio, recebendo e transmitindo mensagens. Em nível biológico, como no exemplo acima, o organismo só consegue abaixar a temperatura do corpo, a partir de uma mudança simultânea da temperatura do meio.

O efeito deste princípio cibernético nas interações familiares é esclarecedor para o entendimento da manutenção dos padrões relacionais nestes sistemas. Com a função de restaurar o equilíbrio do sistema, o princípio da homeostase estaria a serviço de regular qualquer impacto provocador de mudança e de desequilíbrio na família. Na medida em que é impossível impedir mudanças, cada sistema vai reagir

a elas se fechando pela retroalimentação negativa, ou se atualizando através da retroalimentação positiva.

Este fato está condicionado ao grau de flexibilidade da família ao interagir através de seus padrões relacionais. Se o sistema se organiza de forma a que só suporte graus mínimos de mudança, os padrões relacionais serão rígidos, trazendo sofrimento aos seus membros, devido ao engessamento do sistema. Vale ressaltar que o engessamento citado pode não ser uma condição estrutural permanente, e, sim, momentânea, voltada para alguns assuntos específicos, ou em algumas fases mais delicadas. Entretanto, caso não haja uma intervenção no sentido de identificar a dificuldade, este engessamento poderá se cronificar produzindo padrões relacionais intensamente rígidos que se repetirão por gerações, perpetuando a momentânea disfuncionalidade.

Este fato pode ser observado em famílias nas quais alguns padrões de comportamento se repetem por gerações trazendo sofrimento a seus membros. No caso da dependência química, por exemplo, Stanton (1999) observa que a adicção entra na família em uma determinada geração e costuma se perpetuar ao longo do tempo. As pessoas à volta do dependente “acompanham” seu estilo de vida respondendo de forma complementar ao comportamento disfuncional; este, por sua vez, realimenta a disfuncionalidade, perpetuando o padrão. Algumas pessoas da família tendem a mudar seus horários ou deixarem seus empregos para cuidarem dos dependentes. Podem evitar certos assuntos para não aborrecê-los e não provocarem sua saída de casa. Outros membros podem atuar com mais rejeição e ignorar o dependente, não falando com ele, ou destratando-o. Percebem-se, neste caso, comportamentos complementares e de manutenção do *status quo*. Este padrão, se não for revisto, pode se perpetuar por gerações, fazendo com que atitudes disfuncionais se tornem automáticas e de motivação invisível. O conceito de homeostase, portanto, está no centro da principal função do sintoma na família.

“A homeostase dá nascimento ao conceito de função interpessoal do sintoma. A título de ilustração, considera-se sua função mais como regulador homeostático – por exemplo, no uso da fobia em

um parceiro como forma de aliviar o outro a evitar situações de sobrecarga de ansiedade” (Nichols e Schwartz, 1998 , p. 28).

No entanto, a homeostase não está só a serviço do equilíbrio disfuncional do sistema família. Paradoxalmente, a homeostase enquanto propriedade dos sistemas também está relacionada à possibilidade de mudança para a manutenção da vida. Ackerman (1986) propõe que a homeostase não seja encarada como capacidade paralisadora do sistema, e sim como protetora deste. E seria esta proteção que permitiria seu desenvolvimento através de um processo fluído de mudança, permitindo a chegada de novos padrões relacionais, ao mesmo tempo em que preservaria padrões já instalados que garantiriam os vínculos dos membros do sistema familiar.

Esta dinâmica, portanto, garante o funcionamento e conseqüentemente a continuidade do sistema familiar ao longo do tempo. Como afirma Nichols e Schwartz (1998):

“A família é o contexto dos problemas humanos: e, como todos os grupos humanos, a família tem propriedades emergentes – o todo é maior do que a soma de suas partes. Além disso, não importa quantas e quão variadas sejam as explicações dessas propriedades emergentes, todas elas recaem em duas categorias: estrutura e processo. A estrutura da família inclui triângulos, subsistemas e fronteiras. Entre os processos que descrevem a interação familiar – reatividade emocional, comunicação disfuncional, etc. , o conceito central é a circularidade. Em vez de se preocuparem com quem começou o quê, os terapeutas de família compreendem e tratam os problemas humanos como uma série de mudanças e contramudanças, em ciclos repetidos” (p.70) .

3 - Estrutura familiar sob a ótica sistêmica

Na década de 1970 Salvador Minuchin, médico clínico e terapeuta de família, apresenta a teoria familiar estrutural que viria a ser uma das abordagens mais influentes no entendimento e tratamento dos fenômenos familiares. Sua abordagem parte do pressuposto de que a família se organiza por meio de padrões que, uma vez conhecidos, decifram o entendimento de sua dinâmica, fornecendo diretrizes eficazes para diagnóstico e tratamento de diversas patologias.

A estrutura familiar é formada por um conjunto de regras encobertas que determinam os relacionamentos entre seus membros. Essas transações relacionais localizam o lugar de cada membro da família, estabelecendo seu papel e a forma com que é exercido. Quando repetidas, as transações relacionais formam padrões permanentes que são chamados de padrões transacionais (Minuchin, 1990) . São estes que dão a identidade e, ao mesmo tempo, mantêm a estrutura familiar tal como se apresenta regulando o modo como seus membros se relacionam.

Este fato pode ser observado nas famílias através de sua dinâmica relacional. Como qualquer outro organismo, o sistema familiar é dotado de fronteiras que delimitam quem está dentro ou fora marcando seu espaço de influência. Cada indivíduo aprende a se relacionar no sistema utilizando-se de regras que podem estar claramente verbalizadas, ou não. Quando, por exemplo, em uma família, as pessoas se sentam para conversar sobre o seu dia, batem na porta antes de entrar nos quartos ou quando toda e qualquer dor, seja física ou emocional, é prioritariamente tratada com a ingestão de medicamentos, estabelecem-se aí parâmetros relacionais de comportamento.

Estes padrões se firmam pela troca entre as pessoas, na pragmática do dia-a-dia, nas pequenas e grandes ações. Quando um pai senta sempre em um determinado lugar à mesa, marcando seu papel de liderança, estabelece seu lugar e sua prioridade na estrutura daquela família em relação aos outros. Ou quando um filho solicita marcadamente afeto à mãe e dinheiro ao pai, são solidificadas a função afetiva vinda prioritariamente da mãe e a função provedora, do pai. Estas

atitudes demonstram papéis, funções e capacitações dentro de uma família que determinarão o que cada membro espera do outro.

Contudo, apesar de serem responsáveis pela manutenção da estrutura familiar, os padrões transacionais podem não ser visíveis aos membros da família. Isto porque, como se estabelecem na rotina do dia-a-dia, suas motivações podem se tornar imperceptíveis. Minuchin (1990) afirma que o discurso da família sobre suas relações pode ser completamente incoerente quando confrontado com o comportamento. Uma mãe pode verbalizar que já está cansada de lidar com os filhos sozinha e ser a primeira a tomar a iniciativa quando algo precisa ser feito por eles ou desqualificar o pai quando este toma alguma atitude. Esta interação, se cronificada, tende a aprisionar seus componentes em funções cristalizadas, como no exemplo citado: a mãe superfuncional e o pai disfuncional.

Este tipo de padrão transacional, por exemplo, está no cerne da questão relacional da dependência química. O desenvolvimento da dependência proporciona o estabelecimento de padrões transacionais rígidos e estereotipados que se perpetuam nas famílias. Tais comportamentos são desenvolvidos de uma forma insidiosa, com o consentimento dos envolvidos, e são perpetuados por sua repetição.

É muito comum no início da relação de abuso dos químicos, o usuário contar com o apoio de pessoas que estão disponíveis para ajudá-lo em sua perda de controle. Quando o marido chega alcoolizado em casa, e a esposa trata de dar-lhe café para minimizar os efeitos, limpar sua roupa e ajudá-lo a ir para cama, estabelece-se aí uma relação de cuidado em dois níveis. No primeiro nível, da esposa que cuida do marido que necessita de ajuda, e em outro da esposa sóbria que cuida do marido alcoolizado. O primeiro nível poderia já estar na relação e ser esperado, contudo o segundo foi introduzido pelo fato de o marido precisar da ajuda da esposa por ter bebido demais.

Duas mensagens muito importantes foram estabelecidas nessa situação: a primeira, por parte do marido foi: "Bebi e preciso de ajuda". A segunda, por parte da esposa, foi: "Quando você bebe desse jeito eu estou aqui para lhe ajudar". A repetição destas duas atitudes, do marido e da esposa, forma o padrão

transacional facilitador do comportamento de abusador de substâncias do marido e daquele de cuidadora do abusador relativo à esposa. Estes papéis são complementares e se retroalimentam.

Assim como a dependência se estabelece no processo da relação disfuncional do usuário com a substância, no contexto familiar a dependência se desenvolve na interação da família, pelos padrões transacionais que facilitam esta dinâmica. Como afirma Beattie (1992):

“Mas um segundo dado, mais comum, é a existência de regras silenciosas e veladas que se desenvolvem na família e estabelecem o ritmo dos relacionamentos. Essas regras proíbem discussão direta dos problemas, expressão aberta dos sentimentos; comunicação honesta e franca; expectativas realistas como ser humano vulnerável e imperfeito, individualidade; confiança nos outros e em si mesmo; diversão; abalo delicado no equilíbrio familiar por meio de crescimento e mudança, por mais saudável e benéfico que possa ser o movimento. São regras comuns aos sistemas familiares dos alcoólatras, ...” (p.45)

Desta forma, caso a interação do casal se estabilize nas funções de “cuidadora e cuidado”, esta esposa terá adquirido a “habilidade” de estabelecer relações em que ocupe este papel. Provavelmente, ao lidar com seu filho, tenderá a ser superprotetora, atuando como facilitadora, caso este abuse de substâncias. O pai por sua vez, mantendo-se no papel de “cuidado”, estará disputando com o filho, não ocupando seu devido lugar na estrutura familiar. O filho, em sua adolescência, terá dificuldade de perceber os pais como figuras capacitadas no exercício da autoridade, devido a esta estrutura hierárquica disfuncional.

Assim, a hierarquia que organiza os sistemas familiares é estabelecida através dos subsistemas. Cada indivíduo na família é um subsistema com suas funções específicas. Vários indivíduos podem se agrupar em um único subsistema, como subsistema conjugal, parental, de avós, de irmãos, etc. Como também um

indivíduo pode, em uma mesma família, pertencer a diferentes subsistemas ao mesmo tempo.

A participação nos subsistemas garante o senso de pertencimento e de desenvolvimento de cada membro na estrutura familiar, fazendo com que o mesmo indivíduo possua diferentes níveis de poder e de habilidades necessárias às funções que ocupa.

“As pessoas se acomodam caledoscopicamente para atingir a mutualidade, que torna possível a relação humana. A criança tem que agir como um filho, enquanto o seu pai age como um pai: e quando a criança o faz, pode ter que ceder ao tipo de poder que aprecia, quando em interação com seu irmão mais moço. A organização dos subsistemas de uma família fornece treinamento valioso no processo de manutenção do “eu sou” diferenciado, ao mesmo tempo que dê exercício de habilidades interpessoais em diferentes níveis.” (Minuchin, 1981, p. 58)

Os subsistemas se organizam através de fronteiras. As fronteiras são regras que determinam quem participa dos subsistemas, e como. Quanto mais nítidas forem as fronteiras nos subsistemas, mais facilidade seus membros terão em perceber suas funções, não interferindo negativamente em outros subsistemas. Entretanto, as fronteiras precisarão ser flexíveis para que haja trânsito de comunicação e ajuda mútua entre os subsistemas.

No exemplo citado anteriormente, o subsistema parental está reduzido à figura da mãe, enquanto o subsistema fraterno parece incluir o pai e o filho. Esta dinâmica prejudica o exercício adequado de todos os subsistemas. De um lado, o subsistema parental está enfraquecido, na medida em que o pai está posicionado em um subsistema inadequado àquele núcleo familiar, enquanto a mãe superfunciona sozinha. De outro lado, o subsistema fraterno está composto inadequadamente, denunciando a falta de fronteira entre os subsistemas, o que impossibilita o estabelecimento da hierarquia.

Assim, a nitidez das fronteiras, além de garantir a funcionalidade dos papéis em uma família, tem importância crucial na possibilidade de diferenciação de seus membros, servindo como um importante parâmetro de avaliação do funcionamento familiar.

4 - Estrutura familiar e processo de diferenciação

Ao lado da necessidade de pertencimento ao grupo familiar, existe o movimento de individuação, que se resume no esforço de cada indivíduo existir fora do grupo familiar. Contudo, se pertencer a uma família permite a sobrevivência, a formação da identidade é construída por meio do movimento de se distanciar e de se diferenciar da massa familiar. Para Bowen (1978), esta é a maior tarefa emocional de toda a vida e o principal objetivo da terapia familiar sistêmica.

O processo de diferenciação emocional é marcado por sucessivos compromissos de pertencimento à família de origem, na participação nos diversos papéis ao longo do tempo, como ser filho, irmão, tio, sobrinho ou neto, como também de pertencimento a sistemas fora da família ou até a construção da própria família nuclear. O engajamento em sistemas extrafamiliares pressupõe um progressivo distanciamento da família de origem, distanciamento este que nunca chega a ser total. Para Bowen (1978) , um adequado processo de maturidade emocional pode ser avaliado na participação dos indivíduos em suas funções intra e extrafamiliares através de seu grau de diferenciação na sua família de origem.

Contudo, as pessoas podem se dedicar mais a um sistema ou a outro, deixando suas funções “a desejar”, ajudando na formação de sintomas. No processo de criação de uma nova família, por exemplo, o novo casal tem a difícil e trabalhosa tarefa de construir um novo núcleo familiar, o que exige deles um intenso investimento neste novo sistema. Este processo será profundamente influenciado pelo quanto cada membro do casal conseguiu se diferenciar de sua família de origem.

Muitas vezes, entretanto, a motivação para o casamento vem de uma necessidade de separação da tumultuada relação na família de origem, causando uma intensa expectativa de uma realidade diferente que o casamento proporcionaria. Na medida em que o grau de diferenciação acompanha todos os relacionamentos de cada indivíduo, a tendência é estabelecer, no relacionamento conjugal, o mesmo grau de maturidade que se conseguiu na família de origem. Este fato reforça a importância do investimento do crescimento emocional ser conseguido dentro da família de origem, posição esta que Bowen (1978) defendia veementemente.

“O conceito de diferenciação de si mesmo se relaciona com o grau em que uma pessoa vai se diferenciando emocionalmente dos pais. Em um sentido amplo, o filho se separa fisicamente da mãe no momento do nascimento, mas o processo de separação é lento, complicado e incompleto. Inicialmente depende muito de fatores inatos da mãe e de sua capacidade de permitir ao filho crescer separando-se dela, mais do que de fatores inatos do filho. Existem também muitos outros fatores, como o grau que a mãe foi capaz de se diferenciar de sua família de origem, a natureza de sua relação com o marido, com seus pais e com outras pessoas significativas, e por último, como se apresenta a realidade e sua capacidade de suportar a tensão.” (p. 70)

Cada ser humano nasce “mergulhado” na massa emocional familiar, caracterizada, de forma mais direta, pela relação dos pais. Na visão estrutural, esta relação original é representada pela imagem do triângulo, que na teoria sistêmica, é a menor unidade emocional relacional.

Pertencer a um triângulo significa estar na dinâmica relacional interpessoal. O triângulo original – pai, mãe e filho – reforça o fato de que sem os dois primeiros, pai e mãe, não existiria o terceiro (filho). Esta condição estabelece a existência e a função de cada participante representado neste triângulo original.

O fato de existir emocionalmente a partir desta dinâmica representada pela

triangulação, fornece a estrutura básica de todos os demais relacionamentos que o indivíduo terá no decorrer de sua vida. Este conceito ajuda no entendimento de como as relações se interconectam, estabelecendo um “jogo de forças” no sistema familiar. Segundo Guerin (2000) : “O êxito duradouro da terapia depende em geral de certa resolução dos principais triângulos que rodeiam o problema trazido para a terapia “(p.49) .

A dinâmica das triangulações pode ser compreendida como um “trânsito” da energia investida na relação através do engajamento emocional mútuo. A entrada de um terceiro em uma dupla denuncia a necessidade de equilibrar a dinâmica do par inicial, que precisa de um “escape” para se manter estável. Esta estabilidade só é conseguida, segundo Bowen (1978) , com a formação de alianças fora da dupla. Quando, em uma relação de dois – A e B – ocorre uma discordância ou tensão, algum membro do par tende a buscar um terceiro – C – para uma aliança. A partir daí, dois processos podem ocorrer, o terceiro – C – pode absorver a tensão, garantindo a preservação do par original (A e B) ou o terceiro, além de absorver a tensão, pode fazer uma coalizão, colocando, assim, o outro membro da dupla de fora. Observa-se, portanto, que em ambos os casos, o terceiro tem um papel fundamental para a manutenção do relacionamento da dupla, pois serve como um escape da tensão emocional que o relacionamento gerou.

Por exemplo, podemos considerar que a ansiedade gerada pela crise de um casal possa ter criado a necessidade de um engajamento emocional forte da mãe com o filho, que enfraqueceria o subsistema conjugal, contribuindo para o afastamento do pai, e, conseqüentemente, para sua provável piora no processo de dependência. Num processo de retroalimentação, a piora da dependência do pai levaria a um afastamento de sua função conjugal, ajudando a que a mãe fizesse um par com seu filho.

Poderíamos ressaltar que um dos projetos de trabalhos que os terapeutas familiares possam vir a desenvolver, nos seus atendimentos aos casais com filhos que apresentam sintomatologia de dependência, deveria ser o fortalecimento do par como unidade básica educadora, como também favorecer a construção da

“cultura do casal “ que será campo de diversas possibilidades de combinações parentais e pessoais.

O sucesso dessa construção estará também alicerçado pelo trabalho feito com o par , com suas possíveis triangulações com suas famílias de origem , que comumente é deslocada para o casamento , como confirma Guerin (2000) “Os maridos e esposas podem deslocar (e de fato deslocam) ao seu matrimônio os conflitos não resolvidos de suas famílias de origem “(p.43).

Cabe ressaltar que, apesar da dinâmica ser garantida pelos três componentes, isto só é possível porque dois membros da dupla estão mais fortemente ligados e um terceiro está *outsider*. A força de ligação das duplas esta contida na forma com a qual se relacionam nos triângulos, e o quanto esta dinâmica está mais ou menos rígida.

Na dinâmica da dependência química assim como encontramos padrões relacionais rígidos, também encontramos duplas rígidas, onde o fortalecimento de sua relação se dá com o intenso envolvimento de uma dupla com o intenso afastamento do terceiro membro. Esse triângulo rígido é mantido tanto pelas conseqüências do uso patológico de substâncias psicoativas, quanto pelos comportamentos facilitadores desta condição já vistos anteriormente. A tendência da família do exemplo anterior seria ora o pai fazer par com o filho, ficando a mãe *outsider*, e ora a mãe fazer par com o filho, ficando o pai *outsider*.

Consideramos assim que a opção de a mãe fazer par com o pai significaria uma mudança funcional na estrutura familiar e a possibilidade da ausência do sintoma da dependência ,uma conseqüência. Esta mudança possibilitaria um maior engajamento do pai em sua função no sistema parental, aumentando suas responsabilidades e diminuindo, assim, o espaço para o comportamento dependente.

Contudo, o sistema também poderia se estruturar de forma que o triângulo mãe e filho *insider* e pai *outsider* se tornasse padrão, “engessando” todos os membros desta família em funções rígidas dentro do sistema . Este fato costuma se tornar um dos maiores mantenedores da dependência como sintoma dentro das

famílias.